

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA MÍDIA

Mariana Seno Flores, UFSCar
Mariana_seno@yahoo.com.br
Financiamento: FAPESP

Resumo: O Programa Bolsa Família é utilizado como um exemplo que deu certo para a redução da pobreza e das desigualdades sociais por organismos internacionais de renome como a ONU e o FMI. Já no Brasil é criticado pelo seu caráter assistencialista. A hipótese a ser investigada é que essa forma de olhar os direitos sociais é reflexo de uma representação social vigente na mentalidade brasileira, que tende a desmoralizar os direitos sociais provenientes do Estado, tratando-os como “favor”, assistencialismo. Portanto, existiria uma construção social (mesmo que inconsciente) da desmoralização do Estado (e da coisa pública) e como consequência, dos direitos sociais oriundos desses. Ao coletar discursos sobre o Programa Bolsa Família (opositores e defensores) e analisá-los sociologicamente, buscaremos compreender as representações sociais que motivam essas análises sobre o programa.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, representação social, mídia, direitos sociais, Estado, Pobreza

Introdução

No Brasil contemporâneo as Políticas Públicas e a transferência direta de renda com condicionalidade ganham novo enfoque na questão da redistribuição de renda, principalmente após a focalização do benefício à família e a unificação de mais cinco programas federais criados no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado oficialmente pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que consta conforme o artigo primeiro, “ações de transferência de renda com condicionalidades”, com a unificação e criação na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, com propósito de redução da pobreza e diminuição de seu ciclo vicioso em famílias com crianças e adolescentes até 17anos (novo reajuste do programa ocorrido em 1º de março de 2011) através também da cobrança das condicionalidades.

Patrus Ananias, o então ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome coordenou a ação política de substituição do programa Fome Zero para o Bolsa Família unificando todos os programas do governo anterior e ampliando o número de famílias, uma das promessas de Lula em sua campanha, atribuindo ao programa um fator muito importante que foi uma única marca, pois o Programa Fome Zero tinha surgido como uma marca, e não como uma Política Pública. A pós o funcionamento de um ano do programa os índices

estatísticos sociais melhoraram (MOURA, 2007).

Ao se tratar de umas das Políticas Públicas mais conhecidas não só no Brasil, mas também internacionalmente, com grande abrangência e reconhecimento na contemporaneidade, reconhecido pelo órgão das Nações Unidas, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), um dos formuladores do Índice de desenvolvimento humano (IDH) como um grande contribuinte para o combate a fome e atuando como garantidor de direitos básicos a cidadania e direitos sociais, ou seja, direitos que são essenciais.

Segundo dados do IPEA (Instituto de pesquisa econômica aplicada) a renda de uma pessoa rica é em média 25 vezes maior do que uma pessoa pobre e os 10% da população mais rica do Brasil acumula 75% de toda riqueza nacional. Outro fator relevante para a desigualdade social é o nível educacional, na qual quem possui menor grau de escolaridade recebe até 15 vezes menos do que uma pessoa com maior nível de escolaridade.

Mesmo comparado a índices de países latinos americanos, que é a região com maior desigualdade do mundo, o Brasil possui índices elevados de desigualdade social e baixa distribuição de renda (LUNA, KLEIN, 2009).

A educação tem função muito importante na relação de desigualdades sociais e na pobreza, pois foi somente no início do sec. XX que o ensino público foi criado e levado ao acesso de poucos cidadãos. Foi a partir de 1970 que uma política de universalização das escolas públicas foi criada, porém tornou a desigualdade maior ainda, pois a qualidade decaiu e conduziu a educação a um fracasso. Por essa tardia criação no país, hoje vemos o seu reflexo, na qual o índice de analfabetismo no país é muito alto.

A baixa qualidade das escolas públicas faz com que seus alunos não tenham acesso aos bons cargos oferecidos no mercado de trabalho, reforçando assim o sistema existente, ou seja, a partir do momento em que o sistema educacional não for mudado, os altos índices de desigualdades sociais permanecerão.

Como já havia previsto BOURDIEU (1994), o sistema escolar contribui para a reprodução do capital cultural e a estrutura de sua distribuição se dá através da educação, na qual também ocorre a reprodução da desigualdade social.

O desafio que o país enfrenta é mostrado pelas desigualdades e também por números, trazendo então um grande desafio a ser vencido para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. O programa Bolsa família atua como um programa de redistribuição de renda e através de suas condicionalidades garante direitos básicos ao cidadão, como por

exemplo, o direito a educação, pois crianças devem possuir 85% de frequência escolar, e adolescentes 75% de frequência, ocorrendo assim uma inversão, na qual a condicionalidade se torna um direito, direito esse fundamental para a formação do cidadão.

O caráter que dão a essa Política Pública, tão questionada e conhecida, principalmente no que se decorre das críticas: Programa Assistencialista, na qual o beneficiário criaria uma dependência ao Estado, e que este não daria soluções ou alternativas a essa população vulnerável.

Nesse âmbito, uma questão a ser esclarecida é a diferenciação entre Assistencialismo e Assistência Social. Uma política de assistência social, que seria serviços prestados a membros de uma determinada comunidade, através principalmente do reconhecimento público e legitimidade dos cidadãos, referente à demanda social. Política Pública não contributiva, que é de dever do Estado e direto de todo cidadão que dela necessitar, trazendo uma ampliação desses serviços, constando na Constituição Federal de 1988 como um direito (MDS), direito esse essencial, principalmente para a subsistência. E diferenciando-se de assistencialismo, que seria uma distorção na prestação da “assistência social”, na qual é exigida uma relação de troca pouco clara (SOARES, 2006).

A contraposição com a opinião dos críticos que caracterizam o Programa Bolsa Família como Política de caráter assistencialista é posta, pois o benefício garante aos cidadãos direitos básicos há uma vida digna na qual o Estado deve garanti-los. Torna-se um direito essencial a todos, que é o direito a alimentação, universalizando o acesso aos direitos sociais. O esclarecimento de uma Política de Assistência Social é fundamental para a sua transformação, ou seja, ir além daquele caráter assistencialista, constando como um avanço, para poder assim atuar no campo como uma Política Pública.

As transformações que vem sendo ocorridas no interior das economias mundiais como, por exemplo, o aumento do desemprego e a atenuação da pobreza, associados às crises, tem trazido um novo debate no campo das políticas públicas através de um possível novo modelo de desenvolvimento econômico cujo regime é o de proteção social (SENNA, M. C. M.; BURLANDY, L.; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R; 2007).

Outro aspecto importante a ser considerado é o uso da renda monetária como único critério de avaliação para a seleção das famílias, outro ponto criticado pela literatura do tema, pois a renda não é totalmente eficiente para a avaliação da pobreza e de vulnerabilidades sociais.

A maior dificuldade encontrada por programas de transferência direta de renda como o Programa Bolsa Família são os critérios e mecanismos de seleção dos beneficiários, na qual não absorvem todas as necessidades e vulnerabilidades das camadas sociais mais baixas, pois algumas minorias nem sempre são atendidas, ou seja, a pobreza é multilateral.

A reflexão contra a naturalidade mercantil humana, cujo indivíduo deve estar pronto para a competição do mercado, independente de suas relações sociais, me aludiu a críticos do Programa Bolsa Família, encontrado no discurso da mídia e na revisão bibliográfica que afirmam que o PBF traria ao beneficiário um “efeito preguiça”, atrapalhando o desenvolvimento econômico e impedindo-os da ascensão social, ou seja, são tratados meramente como mercadorias. Esse pensamento teve fundamento teórico em uma “teologia política” ditada por “grandes”, colocando em risco o processo democrático do cidadão (REGO, 2008).

Esses críticos do programa e formadores de opinião focam seus discursos principalmente na questão de dependência: Estado versus beneficiário. Segundo SOARES (2006) a alternativa que eles propõem fundamentalmente está na questão de desenvolvimento econômico, ou seja, uma solução a essa dependência seria o crescimento econômico do país e principalmente o crescimento da renda, porém crescimento econômico não subtende redistribuição de renda e/ou diminuição da pobreza. Em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (como é o caso do Brasil)

a taxa de crescimento econômico para a diminuição da pobreza é muito maior que em países desenvolvidos, com menor índice de desigualdade social.

A compreensão da relação dessa Política Pública tão reverente e ao mesmo tempo tão criticada é necessária, pois os beneficiários do Programa Bolsa Família são tratados como mercadorias e esses críticos também consideram que com o benefício em mãos os beneficiários deixariam de trabalhar e conseqüentemente seriam impedidos da ascensão social. Esses discursos são geralmente feitos pela mídia, influenciada por pensamentos conservadores ou preconceituosos, na qual a imprensa, que é considerada por HABERMAS (2003) um novo espaço da esfera pública, de livre debate e opiniões dos cidadãos, tornam-se um instrumento de interesses privados.

Contrapondo a esse discurso, seria necessária a consideração da sociologia econômica feita através da inserção e inclusão dessas classes populares na esfera econômica, através principalmente do Cartão Magnético que dá acesso ao benefício através da Caixa-Econômica Federal. Ter uma conta bancária dá acesso, mesmo que minimante, ao universo

financeiro, sem contar que possuir uma conta bancária é requisito fundamental das empresas na contratação de trabalhadores, ou seja, a inclusão social via mercado nesse novo debate de financeirização da economia.

Outra consideração a ser feita é como o Programa Bolsa Família vem contribuindo para esse novo debate de Políticas Públicas e econômicas através da compreensão e “resignificação dos conceitos de mercado” (JARDIM, 2009). Em diálogo com o microcrédito (MIGUEL, 2010), o Bolsa Família é outra forma de inclusão social das classes trabalhadoras.

O Bolsa família na mídia

A crença que é criada através dos discursos discorridos na mídia é muito forte e determinante na formação de opinião na sociedade brasileira, e contribuindo para essa desmistificação do senso comum, defendo a necessidade desse exercício sociológico de análise e reflexão de uma Política Pública que é tão reverente no Brasil e no mundo e que atua em camadas de vulnerabilidade social, diminuindo a violência simbólica perante as dificuldades postas, e garantindo um direito fundamental e essencial para uma vida digna humana, que é o direito a alimentação.

As mudanças ocorridas na contemporaneidade vêm modificando o cenário brasileiro das Políticas Públicas, que a compeliram uma nova atribuição que é o discurso da redistribuição de renda em diálogo com combate a desigualdade social e diminuição da atenuação da pobreza, discorrendo daí a necessidade de análise da efetivação, ou não, desse discurso, e como citado acima, que produz crença cognitiva na sociedade civil.

Críticas frequentes do programa podem ser observadas por padrões, fundamentalmente no Norte e Nordeste, na qual o discurso recorrente é que o Programa Bolsa Família afasta os beneficiários a trabalhos informais, ou bicos, pagos com remuneração totalmente descabida. Esses discursos não estão somente na boca dos patrões e conservadores, mas muitas vezes são predominantes na sociedade civil.

Criam-se então mitos e lendas urbanas, sobre o programa, em que quase todas às vezes são mentirosas, como a do efeito preguiça, em que diz que o PBF cria acomodados e preguiçosos. São críticas desinformadas feitas por atores sociais de grande acesso a mídia, como jornalistas e economistas.

O colunista Merval Pereira (o Globo e CBN), é um dos grandes críticos do programa, conhecido por militância conservadora, considerou o PBF um ato alternativo de esquerda,

como apontado em seu discurso:

“O Fome Zero/Bolsa-Família, do jeito que estava montado pela turma do Frei Betto, era um projeto de reforma estrutural, da estrutura do Estado. Frei Betto queria fazer comissões regionais sem políticos, para distribuição do Bolsa-Família, e a partir daí fazer educação popular (...) Era um projeto muito mais de esquerda, muito mais voltado para mudanças estruturais da sociedade. O Bolsa-Família hoje é um programa para manter a dominação do governo sobre esse povo necessitado. Patrus transformou-o num instrumento político espetacular, que foi o começo da força do lulismo. O conceito de educação popular significa fora da rede oficial, levando mensagens populares aos alunos”.

Marval Pereira.

Pode-se observar que o pensamento conservador sempre vai a desencontro com as políticas sociais promovidas pelo Estado, através da expansão da cidadania social e do “Estado do Bem-Estar” fundamentalmente.

Um dos argumentos é de que áreas interditas do Estado funcionariam melhor se fossem regidas pela “dinâmica do mercado” e esse estatismo tornaria a desencorajar o esforço individual, agravando assim, o problema.

Outro crítico do programa, Ricardo Noblat, colunista do jornal “O Globo”, em uma matéria publicada dia 2 de junho de 2013, já em início de campanhas eleitorais, sinaliza a criação das primeiras bolsas pelo PSDB em Campinas e que o Bolsa família apenas juntou um leque de outras políticas sociais já existentes. E ainda diz que a questão central é se o dinheiro está sendo em gasto.

“No início, o recebimento do benefício era condicionado à manutenção dos filhos na escola. Daí ter sido chamado em Brasília de “Bolsa Escola”. Depois, na Era FHC, o leque de contrapartidas começou a ser ampliado, surgiram outros programas com subsídios ao pobre, até chegar o período Lula, quando uma série de linhas de sustentação social já existentes foi reunida sob o guarda-chuva do Bolsa Família”. Ricardo Noblat

No mesmo artigo, cita uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Social na qual, segundo o colunista, possui resultados positivos como redução do trabalho infantil, frequência escolar e posição da mulher na família, porém frisou os “pontos negativos do programa” segundo o mesmo.

“Foi detectado que o beneficiário do programa tende a se manter na informalidade, com medo de, ao ter carteira de trabalho, ser constatada sua elevação de renda, com a conseqüente exclusão do BF. Reportagem do jornal

cita o caso de uma faxineira, no Piauí, que rejeitou emprego de babá, no qual ganharia salário mínimo, para continuar com os filhos, sustentada pelo Bolsa Família. Confirma-se o risco de pessoas se acomodarem ao benefício do Estado, dentro de um estágio de pobreza um pouco acima da miséria. É por isso que falta mão de obra em certas regiões do Nordeste. Assim, congela-se a possibilidade de ascensão social e engessa-se uma conta enorme dentro do Orçamento que poderia financiar outros gastos, à medida que os bolsistas fossem absorvidos pelo mercado de trabalho”. Ricardo Noblat

Ficam visíveis, através desses discursos pronunciados em âmbito público, para a grande mídia, as representações sociais feitas sobre o programa. Vale-se ainda dizer que os atores sociais desses discursos são intelectuais e indivíduos de grande voz pública, de renome na sociedade, fundamentalmente na grande mídia.

Conclusão

Podemos observar que a principal ideologia na modernidade é a meritocracia, ou seja, uma ilusão da igualdade entre os indivíduos, legitimada através da mídia e opinião pública, e é dessa forma que os privilégios, na sociedade moderna, se tornem “justos”.

Esses indivíduos invisíveis só são enxergados através de olhos que os reconhecem como perigosos ou carentes, um mero dispêndio de força braçal para ser explorados como um corpo a ser vendido, contribuindo para “a continuação da reprodução de uma sociedade que naturaliza a desigualdade e aceita produzir "gente" de um lado e "subgente" de outro” SOUZA (2009).

“É esse mesmo "esquecimento", por outro lado, que permite atribuir "culpa" individual àqueles "azarados" que nasceram em famílias erradas, as quais só reproduzem, em sua imensa maioria, a própria precariedade. Como, no entanto, o social, também nesse caso, é desvinculado do individual, o indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero "azarado", mas como alguém que, por preguiça, inépcia ou maldade, por "culpa", portanto, "escolheu" o fracasso”. (SOUZA, 2009, pág.42)

E são esses discursos que geralmente deslegitimam toda e qualquer política pública voltada a esses indivíduos que estão no esquecimento social e político. Pois em uma sociedade de “iguais e pares”, não há necessidade de uma política pública que vise à redistribuição, pois cada um possui seu “rendimento individual”, e nesse caminho, o

Programa Bolsa Família estaria ferindo os princípios da liberdade e da meritocracia, principal ideologia da sociedade moderna.

Está aí a principal associação entre o Programa Bolsa Família ao assistencialismo, ou seja, o Estado exercendo um “favor” aos “azarados e preguiçosos”, aqueles que dentre “muitas opções” escolheram o “fracasso”.

E são fundamentalmente essas questões que necessitam ser cada vez mais estudadas e discutidas, não só pelo mundo acadêmico, mas como no sentido de Habermas (2003), por toda a sociedade, ou seja, o diálogo e uma comunicação viável e cada vez maior entre intelectuais e sociedade em geral, para a existência de indivíduos autônomos para uma esfera pública cada vez mais independente e democrática.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalinas**. Bertrand Brasil. 2001.

_____, P. **Razões Práticas**, Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____, P. **Sobre o poder simbólico**. O poder simbólico, Difel, 1989

_____, P. **A economia das trocas simbólicas**. Editora perspectivas, 2005

CASTEL, R. **L'Insécurité sociale. Qu'est-ce q'être protégé?** Paris: La République des Idées Seuil, 2003.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil- O longo caminho**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CÊPEDA, V. **Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo- um balanço histórico**, Estudos Avançados 26 (75), 2012

COHN, Amélia, **Para além da justiça distributiva**, Observatório da Cidadania, 2005

DURKHEIM, E. **Formas Elementares da vida religiosa**. Paulus, São Paulo, 1989

_____, E. **A divisão do trabalho social**.

FLORES, M. S. **Programa Bolsa Família: A questão da renda e a autonomização financeira das famílias atuando no desenvolvimento econômico e social**, Relatório

Fapesp, 2011

FOLHA DE SÃO PAULO. **FMI pede ao Brasil que a economia cresça mais devagar**

Encontrado em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/883984-diretor-do-fmi-pede-ao-brasil-queeconomia-cresca-mais-devagar.shtml>

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, Biblioteca do Tempo Universitário, 2003

JARDIM, M. ; FLORES, M. **Programa Bolsa Família: enquadramento cognitivo dos direitos sociais**. *"Estado e mercado no Brasil contemporâneo"* da série Temas em Sociologia, n.6 de 2013

JARDIM, M. ; NETO, M. **O Estado brasileiro em tempos do Governo Lula: reflexões teórico-empíricas a partir das finanças brasileiras**, artigo em julgamento, 2012.

JARDIM, M.C. **A Crise de 2008-2009, a introdução da Educação financeira e**

Fundo de pensão para servidores públicos: novos dados sobre o setor de fundos de pensão do Brasil Relatório parcial FAPESP, Araraquara, Abril de 2011

_____, **Domesticação e ou/moralização no governo Lula: inclusão social via mercado e via fundos de pensão**, Revista Dados, 2009 a.

_____, **Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 2009. 258 p. (Coleção TC – Trabalho e Contemporaneidade).

KERSTENETZKY, C. L. **Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família**. Dados vol.52 no. 1 Rio de Janeiro Mar. 2009

MARQUE R. M.; MENDES, A. ; LEITE, M. G. ; JANSEN, M. R. **O Programa Bolsa Família: para além do assistencialismo**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 259-282, ago. 2010

MENDES, P. B. **O Programa Bolsa Família entre a assistência condicionada e o direito universal**. LUGAR COMUM Nº27, pp. 217

MIGUEL, Antônia Celene. **A política de microcrédito**. Relatório Bolsa TT3. FAPESP. 2010.

MOURA, P. G. M. **Bolsa Família: projeto social ou marketing político?** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 115-122 jan./jun. 2007

ONU. Nações Unidas no Brasil, **ONU aponta Bolsa Família como referência no combate à fome**, publicado em outubro de 2012

_____ **Programa Bolsa Família é exemplo de erradicação de pobreza**, publicado em

fevereiro de 2012

PNUD, **Bolsa Família não desestimula o trabalho**, publicado em maio de 2010

Pesquisa avalia impactos do programa Bolsa Família, publicado em julho de 2012
POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Campus, 1980.

REGO, W. L. 2006. **Bolsa família: um direito fundamental**. Valor Online, 27 out.

_____, W. L. **Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao bolsa família**. Lua Nova, São Paulo, 73: 189-197, 2008

SANTOS, W. **Cidadania e justiça- A política social na ordem brasileira** Campus editora, 2ª edição.

SCHWARTZMAN, L.; SCHWARTZMAN, I.; SCHWARTZMAN, F.; CHWARTZMAN, M., organizadores. **O sociólogo e as Políticas Públicas: ensaios em homenagem a Simon Schwartzman**. FGV, 2009

MAGALHÃES, R. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007
SOARES, F. V. **O Assistencialismo e o Bolsa Família** publicado em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2006/08/12/285240593.asp>, 2006

SORJ, B. **A Nova Sociedade Brasileira**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 3ª edição, 2000.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG RJ, 2003.

“A ralé brasileira: quem é e como vive” Belo Horizonte: UFMG, 2009
TEIXEIRA, C. **Uma análise da heterogeneidade do efeito do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho de homens e mulheres**. International Policy Centre for

Inclusive Growth (IPC-IG), 2006

TOHMÉ, D. **Bolsa Família- um novo modelo da social democracia?** PONTO DE VISTA, Nº 8, agosto 2010.